

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES

OFÍCIO Nº /2025/GP/CMC

Requerimento a Águas Cuiabá para Informar quais bairros tiveram implantação de rede de esgoto a partir do ano de 2020, e qual o planejamento para o ano de 2025 em relação à implantação de redes coletoras de esgoto em Cuiabá.

Senhor(a) Presidente

Com fundamento no que dispõe o art. 162, §3º, VI do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá, requero a Excelentíssima Senhora Presidente desta Casa de Leis, que encaminhe requerimento a concessionária de Água e Esgoto do município - Águas Cuiabá, requerendo as seguintes informações:

- 1- Informar quais os bairros foram implantados rede coletora de esgoto com mês/dia/ano a partir do ano de 2020;
- 2- Informar a quantidade e a localização das redes coletoras de esgoto na cidade de Cuiabá;
- 3- Informar qual o planejamento anual para 2025 de implantação de redes coletoras de esgoto.

JUSTIFICATIVA

A fiscalização do município, exercida pelo Poder Legislativo Municipal encontra respaldo no artigo 31 da Constituição da República; no artigo 206 da Constituição do Estado de Mato Grosso; no artigo 108 da Lei Orgânica Municipal, combinados com o artigo 162, §3º, IV do Regimento Interno.

O artigo 108 da Lei Orgânica Municipal atribui ao Poder Legislativo a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do município e de suas entidades públicas direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas.

O artigo 111 do mesmo diploma legal determina que o Poder Executivo deverá, publicar e enviar à Câmara Municipal, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da



execução orçamentária dos órgãos da administração direta, das autarquias, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Na mesma senda, o 2º de referido artigo 111, da Lei Orgânica Municipal, determina que a requerimento de qualquer Vereador, serão fornecidas cópias de documentos no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de em não fazendo, cometer o Poder Executivo (Prefeito), infração político administrativa, capitulada em Lei.

A lei que se refere o §2º do artigo 111, da Lei Orgânica Municipal, é o Decreto-Lei nº 201/67, que em seu artigo 4º assim prescreve:

Art.4º São infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a Cassação do mandato:

III- Desatender, sem motivo justo a convocações ou os pedidos de informações da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular.

Nestas circunstancias, o não atendimento do que ora se requer , caracterizará também infração ao artigo primeiro de referido Decreto de Lei nº 201/67, uma vez que o Executivo estaria impedindo o funcionamento regular da Câmara, em uma de suas funções institucionais mais sagradas, qual seja a de fiscalizar a execução orçamentária.

Nestes termos, aguarda as providências no prazo acima entabulado, ou seja, de no máximo 15(quinze) dias.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões em, 26 de março de 2025.

Demilson Nogueira (Câmara Digital) - PP
Vereador(a)

